PORTARIA PRE Nº443, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020.

Delega competências às servidora

A Presidente da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso I do art. 7º do Decreto nº 48.023, de 17 de agosto de 2020, e considerando ainda, o disposto no inciso IV, do Art. 19, do Decreto nº 48.023, de 17 de agosto de 2020, RESOLVE:

Art. 1º – Delegar competências à servidora Kelly Nogueira Guerra, MASP 349.001-8, enquanto ocupante do cargo de Diretora de Gestão Institucional da Fundação Hemominas, para assinar instrumentos contratuais relativos ao fornecimento de produtos e prestação de serviços pela Fundação Hemominas.

Art. 2º – Fica revogado o inciso XI, do art. 1º, da Portaria PRE nº 278/2019, de 20 de agosto de 2019.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

Júnia Guimarães Mourão Cioffi
Presidente da Fundação HEMOMINAS

PORTARIA PRE Nº444, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020.

Designa comissão especial para promover o levantamento dos valores em tesouraria, e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante, bem como das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, da Fundação Hemominas, relativo ao exercício financeiro de 2020, e dá outras providências.

A Presidente da Fundação Centro de Hematologia Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas, no uso de suas atribuições estabelecidas no inciso I, do art. 7º do Decreto nº 48.023, de 17 de agosto de 2020, e encumprimento ao Art. 3º, do Decreto de Encerramento de Exercício nº 48.080, de 11 de novembro de 2020, RESOLVE:

Art. 1º – Designar a comissão especial encarregada de promover o levantamento dos valores em tesouraria, e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante, bem como das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, da Fundação Hemominas, relativo ao exercício financeiro de 2020.

Art. 2º – A Comissão será composta pelos servidores abaixo indicados, sob a presidência do primeiro:

I - Priscilla Nogueira da Gama e Sousa - MASP - 1.353.244-5;

II - Márcia de Oliveira Dias - MASP - 0913.564-1.

Art. 3º – A Comissão deverá apresentar o relatório parcial com apuração prévia dos saldos com data base de 30 de novembro de 2020, e posteriormente, o relatório conclusivo, contendo os saldos finais com a posição de 31 de dezembro de 2020.

§ 1º – A comissão deverá cumprir os prazos do Decreto de Encerramento de Exercício nº 48.080, de 11 de novembro de 2020.

§ 2º – Ficará a cargo da Diretoria de Planejamento Gestão e Finanças a Comunicação dos prazos aos membros das comissões.

Art. 4º – A não fidedignidade dos dados levantados será objeto de responsabilidade funcional, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º – Fica revogada a Portaria PRE nº 273, de 29 de setembro de 2020.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

Júnia Guimarães Mourão Cioffi
Presidente da Fundação Hemominas

ATOS DA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOMINAS

A Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas comunica aos interessados que o Processo Seletivo referente a vaga abaixo está cancelado por motivos de interesse do serviço.

Unidade	Código Categoria	Cargo/Função	Escolaridade Exigida	Vagas
BELO HORIZONTE	2501	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio (2º grau) completo.	01

Outras informações podem ser consultadas no Edital PRE Nº 01/2020, disponível no site eletrônico da Hemominas -www.hemominas.mg.gov.br. Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

Júnia Guimarães Mourão Cioffi
Presidente da Fundação Hemominas

ATOS DA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOMINAS

A Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas, comunica aos interessados que estão abertas as inscrições no período de 19/11/2020 a 23/11/2020, para a vaga abaixo relacionada, considerando que não há Concurso Público vigente para a categoria profissional/Unidade em questão, nos termos do Edital PRE Nº 01/2020 de seleção pública simplificada, publicado no “MG” de 04 de abril de 2020, páginas 36 a 40, de acordo com os itens 1.09, 1.9.1, 1.11.

Unidade	Código Categoria	Cargo/Função	Escolaridade Exigida	Vagas
Uberlândia	2502	Técnico de Enfermagem	Curso Técnico de Enfermagem completo e registro profissional no Conselho de Classe	01

Disponível no site eletrônico da Hemominas -www.hemominas.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2020.

Júnia Guimarães Mourão Cioffi
Presidente da Fundação Hemominas

18 1419915 - 1

Fundação Ezequiel Dias - FUNED

PORTARIA FUNED N.º 082, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a anulação e concessão de atos de progressão e promoção na carreira do servidor MAX ASSUNÇÃO CORREIA, ocupante do cargo de provimento efetivo das carreiras do Quadro de Pessoal da Fundação Ezequiel Dias, em razão do cumprimento da decisão judicial, Processo nº 9094113-82.2017.8.13.0024 e Nota de Diligência nº. 944/2020.

O VICE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS - FUNED, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art.8º, incisos I e II do Decreto nº 47.910, de 07/04/2020, c/c com os arts. 1º, 6º e 7º da Portaria FUNED Nº 031, de 23/06/2017, e CONSIDERANDO o disposto nos artigos 17, 18, 20 e 21 da Lei Nº. 15.62, de 13/01/2005;

CONSIDERANDO a obrigação de fazer exarada nos autos do Processo nº. 9094113-82.2017.8.13.0024 (obrigação de trato sucessivo);

CONSIDERANDO o conteúdo da Nota de Diligência nº. 944/2020;

RESOLVE:

Art. 1º ANULAR as progressões na carreira, nos termos do artigo 17 da Lei nº 15.462/2005, de 13 de janeiro de 2005, do servidor ocupante do cargo de provimento efetivo das carreiras do Quadro de Pessoal da Fundação Ezequiel Dias, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º ANULAR as promoções na carreira, nos termos do artigo 18 da Lei nº 15.462/2005, de 13 de janeiro de 2005, do servidor ocupante do cargo de provimento efetivo das carreiras do Quadro de Pessoal da Fundação Ezequiel Dias, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 3º CONCEDER a promoção por escolaridade adicional na carreira, nos termos do artigo 21 da Lei nº 15.462/2005, de 13 de janeiro de 2005, em cumprimento a decisão judicial Processo nº 9094113-82.2017.8.13.0024 e Nota de Diligência nº. 944/2020, ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Fundação Ezequiel Dias, na forma do Anexo II desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva vigência.

Belo Horizonte, aos 13 de novembro de 2020.

RONEI RAMOS MONTEIRO
Vice-Presidente da Fundação Ezequiel Dias

18 1419562 - 1

ANEXO I

(a que se referem os arts. 1º e 2º da PORTARIA FUNED Nº 082/2020)

NOME	MASP	ADM	CARREIRA	NIVEL	GRAU	PUBLICAÇÃO	VIGENCIA
MAX ASSUNÇÃO CORREIA	1169972-5	1	AST	II	A	09/09/2016	04/06/2015
MAX ASSUNÇÃO CORREIA	1169972-5	1	AST	II	B	08/06/2017	04/06/2017
MAX ASSUNÇÃO CORREIA	1169972-5	1	AST	II	C	17/06/2019	04/06/2019

ANEXO II

(a que se refere o art. 3º da PORTARIA FUNED Nº 082/2020)

NOME	MASP	ADM	CARREIRA	NIVEL	GRAU	VIGENCIA
MAX ASSUNÇÃO CORREIA	1169972-5	1	AST	II	A	09/02/2015
MAX ASSUNÇÃO CORREIA	1169972-5	1	AST	III	A	09/02/2017
MAX ASSUNÇÃO CORREIA	1169972-5	1	AST	IV	A	09/02/2019

18 1419562 - 1

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020 – CONCLUSÃO

O Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da FUNED – Fundação Ezequiel Dias, CONCLUI o Processo Administrativo nº. 01/2020, instaurado em 21/05/2020, referente ao servidor E. J. S., MASP. 1036961-9, e à vista do Relatório Conclusivo e da decisão exarada em primeira instância pela titular da DPGF, conclui pelo ressarcimento do montante apurado nos autos.

18 1419652 - 1

O(A) Presidente do(a) Fundação Ezequiel Dias, no uso de suas atribuições, dispensa CIPRIANO ARMANDO MILLA ESPINOSA, MASP 1036967-6, da função gratificada FGI-2 EZ1100188.

O(A) Presidente do(a) Fundação Ezequiel Dias designa, nos termos do artigo 9º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, JOSIANE BARBOSA PIEDADE MOURA, MASP 1216065-1, para a função gratificada FGI-2 EZ1100188.

18 1420006 - 1

PORTARIA FUNED Nº 083, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020.

Institui o Expediente para registro e credenciamento das Fundações de Apoio no âmbito da Fundação Ezequiel Dias (FUNED) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS (FUNED), no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, considerando:

o Decreto nº 47.910, de 07 de abril de 2020 e com fundamento no que dispõe o art. 5º, XXIX. Art. 207, § 2º, 218 e 219 da Constituição Federal;

o Decreto nº 47.442 de 04 de julho de 2018, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Estado e dá outras providências.

a Portaria nº 030, de 1º de abril de 2020, que institui a Política de Inovação no âmbito da FUNED e dá outras providências;

a Resolução SEDE nº 14, de 03 de abril de 2020, que define procedimento para registro e credenciamento das fundações de apoio na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE);

a Resolução SEDE nº 23, de 05 de agosto de 2020, que altera a Resolução nº 14, de 03 de abril de 2020;

a Resolução SEDE nº 24, de 05 de agosto de 2020, que constitui o Grupo de Apoio Técnico em Minas Gerais (GATMG);

a Ordem de Serviço nº 12, de 30 de abril de 2020, que institui a Comissão de Credenciamento e Contratação das Fundações de Apoio no âmbito da FUNED, e

a necessidade de regulamentar, no âmbito da FUNED o expediente de registro e credenciamento das Fundações de Apoio, em consonância com o disposto no artigo 63 do Decreto nº 47.442/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Expediente para registro e credenciamento das Fundações de Apoio no âmbito da Fundação Ezequiel Dias (FUNED) e dá outras providências.

CAPÍTULO I – DOS CONCEITOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DOS CONCEITOS

Art. 2º. Para os efeitos desta Portaria considera-se:

- Registro e Credenciamento: procedimento administrativo que deve ser seguido por uma ICTMG ou IEEs para receber apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de inovação custeados por recursos públicos estaduais no âmbito do Estado de Minas Gerais;

- Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produtos, serviços ou processos já existentes que, possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

- Fundação de Apoio: instituição constituída na forma de direito privado, sem fins lucrativos, conforme o inciso VIII do art. 2º do Decreto nº 47.442, de 2018, responsável pelo apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico, projetos de desenvolvimento e execução de políticas públicas, bem como realizar a gestão de ambientes promotores de inovação;

- Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

- Instituição Apoiada: ICTMG ou IEEs que pretende receber apoio de Fundação de Apoio;

- Projeto de Pesquisa: proposta de investigação, com início e fim definidos, fundamentada em objetivos específicos. O projeto de pesquisa para o desenvolvimento científico, doravante denominado “projeto científico” tem como resultado esperado a geração de novos conhecimentos. O projeto de pesquisa para o desenvolvimento tecnológico, doravante denominado “projeto de desenvolvimento”, tem como resultado esperado a geração de novos processos, protótipos ou produtos ou o aperfeiçoamento de processos, protótipos ou produtos já existentes; e

- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Desenvolvimento Institucional, Científico, Tecnológico e de Inovação: Projetos que tenham como objetivo a geração de produtos, processos e serviços inovadores e/ou a transferência e a difusão de tecnologia.

DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 3º. O Procedimento realizado no âmbito da FUNED tem por objetivo orientar as Fundações de Apoio no trâmite necessário para providenciar a documentação necessária para a realização do credenciamento da Fundação de Apoio junto a SEDE.

Art. 4º. O Procedimento realizado junto a FUNED não credencia a Fundação de Apoio, sendo necessário a aprovação da SEDE para que seja realizado o efetivo credenciamento conforme Resolução SEDE 14/2020.

DOS REQUISITOS

Art. 5º. A Fundação de Apoio interessada em prestar serviços de apoio a projetos de pesquisa da FUNED deve ser constituída como instituição de direito privado, sem fins lucrativos, sediada em território nacional regida pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e por estatutos que tenham como finalidade prevista dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Parágrafo único: As Fundações de Apoio interessadas devem: Ter constituição regular e efetivo funcionamento; Estar em dia com as certidões negativas federal, estadual e municipal; Estar em dia junto ao Ministério Público Federal e Estadual; Ter sede própria e quadro de pessoal; Ter Finalidade não lucrativa; e Não remunerar os membros dos seus conselhos pelo exercício de suas funções.

Art. 6º. Não poderão se registrar junto a FUNED os proponentes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração ou impedidos de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais.

Art. 7º. Não poderão se registrar junto a FUNED as Fundações de Apoio que não atendam o estabelecido na Política de Inovação da FUNED, principalmente ao que dispõe o Capítulo IX - Da Relação do ICT FUNED, assim como, Instituições de direito privado que tenham, em suas relações anteriores com a Administração Pública Estadual Direta ou Indireta, incorrido em, pelo menos, uma das seguintes condutas:

Omissão no dever de prestar contas; Descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

Desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos; Danos ao erário; e Prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º. As Fundações de Apoio deverão obrigatoriamente apresentar a documentação abaixo:

formulário de Registro e Credenciamento de Fundação de Apoio disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, devidamente preenchido e assinado pelo dirigente máximo da fundação de apoio, declarando o comprometimento da fundação a informar à instituição a ser apoiada e à SEDE se sobrevier alteração na documentação apresentada, e das condições exigidas;

estatuto social da fundação de apoio, comprovando finalidade não lucrativa e que os membros dos seus conselhos não são remunerados pelo exercício de suas funções;

atos dos órgãos da fundação de apoio, comprovando a composição dos órgãos dirigentes da entidade, com, no mínimo, um membro indicado por entidades científicas, empresariais ou profissionais, sem vínculo com a instituição apoiada;

comprovante de regularidade fiscal de situação para com a Seguridade Social e perante a Fazenda Nacional, por meio da “Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União” ou “Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, nos termos da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

comprovante de regularidade perante a Fazenda Estadual por meio da “Certidão Negativa de Débitos Tributários” ou “Positiva com Efeitos Negativos”, CDT, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Fazenda Estadual por meio da “Certidão Negativa de Débitos Tributários” ou “Positiva com Efeitos Negativos”, CDT, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;

comprovante de regularidade perante a Administração Pública Estadual, por meio da “Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP”, emitida pela Secretaria